

MARCOS ESG E A INDÚSTRIA DE O&G





O relatório analisa a importância dos marcos de divulgação de informações ESG para a indústria brasileira de Óleo e Gás. Para isso, aborda o conceito de ESG e sua evolução ao longo das últimas décadas. Em seguida, o estudo analisa alguns dos principais marcos de divulgação de informações utilizados, descrevendo as diretrizes para nortear a estrutura de relato, trazendo comparações para identificar semelhanças, diferenças e oportunidades de complementariedade entre eles. Posteriormente, analisa-se a importância dos marcos de ESG para as empresas do setor de petróleo e gás natural.

*O aumento da incidência de **eventos associados às mudanças climáticas** tem incentivado as instituições financeiras a exigirem das empresas tomadoras de crédito a divulgação de **informações mais claras e abrangentes** sobre como estão se **preparando para mitigar e se adaptar** a fenômenos climáticos.*

As preocupações com os impactos das mudanças climáticas têm ganhado destaque tanto nas agendas de políticas públicas quanto nos planos de negócios das empresas do setor privado. À medida que a evidência científica reforça a relação entre atividades humanas e o aquecimento global, há uma pressão crescente por parte de governos, sociedade civil e outros atores para intensificar os esforços, tanto públicos quanto privados, em medidas de mitigação das mudanças climáticas¹.

Visando mitigar e reduzir os riscos associados a mudanças climáticas, além dos compromissos em matéria social e de governança, entidades do mercado financeiro passaram a exigir cada vez mais a divulgação de informações sobre riscos climáticos nos relatórios financeiros, de gestão e de sustentabilidade das empresas interessadas em ter acesso à crédito².

O aumento da demanda em avaliar os riscos das mudanças climáticas nos balanços corporativos, por parte de instituições públicas em vários países, tem incentivado o interesse dos investidores em uma divulgação mais abrangente sobre o impacto desses fenômenos nos ativos e cadeias de suprimentos das empresas.

Reconhecendo a necessidade de um compromisso mais forte do setor empresarial diante da urgência das questões climáticas, surgiu a sigla ESG. Esta abordagem fornece uma estrutura para as empresas divulgarem informações padronizadas sobre o impacto de suas atividades. Além disso, auxilia os investidores na tomada de decisões, permitindo-lhes identificar as melhores oportunidades de investimento com base na postura das empresas em relação a questões ambientais, sociais e de governança³.

*O acrônimo **ESG (Em inglês, Environmental, Social, and Governance)**, representando os pilares ambiental, social e de governança, propõe um sistema de indicadores dinâmicos para avaliar o desempenho das empresas.*

Os marcos ESG representam um avanço significativo na integração de critérios sustentáveis nas estratégias corporativas, especialmente para a indústria de petróleo, que está no epicentro das discussões sobre mudanças climáticas e impacto ambiental. A adoção desses padrões reflete uma mudança de paradigma, onde a performance financeira não é mais o único vetor de sucesso empresarial; a sustentabilidade e a ética corporativa agora desempenham um papel igualmente crucial.

Os pilares individuais do ESG abordam áreas específicas que vem ganhando crescente relevância para a sustentabilidade dos negócios das empresas. O pilar ambiental avalia as ações das empresas para mitigar seu impacto ambiental, incluindo medidas para reduzir consumo de recursos naturais, emissões de gases de efeito estufa, além de promover eficiência energética e proteção de ecossistemas. O pilar social foca na forma como as empresas gerenciam questões sociais dentro e fora da organização, abrangendo temas como diversidade, saúde e segurança dos trabalhadores, direitos humanos e relacionamento com comunidades locais. Já o pilar de governança analisa aspectos relacionados à ética corporativa, transparência operacional, independência do conselho diretivo, e integração de práticas de ESG na estratégia empresarial.

O conceito de ESG, embora tenha se popularizado nos anos 2000, possui raízes que remontam às décadas de 1960 e 1970, períodos marcados por um crescente despertar para questões ambientais e sociais⁴. Foi na década de 1990, porém, que fundamentos importantes foram es-

tabelecidos, com eventos como a Cúpula da Terra da ONU em 1992, que convocou nações a mitigar as interferências humanas no sistema climático, dando início também a uma reunião anual dos participantes chamada Conferência das Partes (COP) para discutir detalhes e revisar metas⁵. Esse período também testemunhou o surgimento de iniciativas como a Global Reporting Initiative (GRI) em 1997, que estabeleceu estruturas para relatórios de sustentabilidade, sinalizando um movimento inicial em direção à conscientização e prestação de contas.



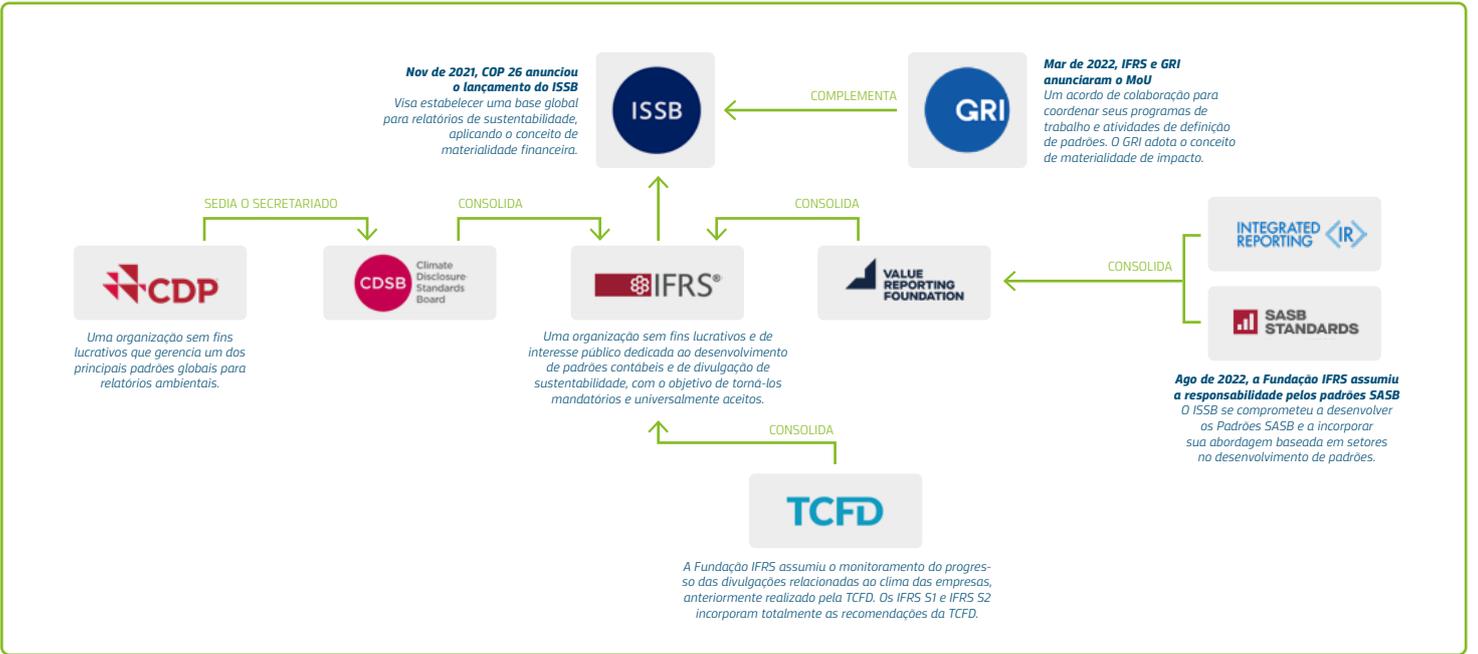
1. 2009. Silva e Paula. https://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/v5/pdf-v5/TD_V-a4.pdf
2. 2020. Bose. https://doi.org/10.1007/978-3-030-55613-6_2
3. 2023. Tang. <https://doi.org/10.53623/tasp.v3i2.282>.

4. WANG, 2023.
5. BIATO, 2005.

Linha do tempo dos marcos ESG



2022



No início dos anos 2000, o ESG começou a ganhar destaque, com o lançamento dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI) da ONU em 2006, refletindo um consenso crescente sobre a importância dos fatores ESG para investidores e empresas⁶. Essa década viu não apenas o crescimento do ativismo acionário relacionado ao ESG, mas também a introdução de índices de sustentabilidade e marcos de divulgação como o CDP, o *Climate Disclosure Standards Board* (CDSB) e o *International Integrated Reporting Council* (IIRC).

A década de 2010 marcou uma integração ainda mais profunda dos princípios ESG nas estratégias corporativas,

impulsionada por desenvolvimentos regulatórios e acordos globais como o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU⁷. Empresas passaram a reconhecer o impacto significativo dos fatores ESG nos riscos e retornos, culminando no lançamento de marcos como o *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e a atualização do GRI. Esses esforços foram fundamentais para padronizar as estruturas de relatórios sobre informações ESG, solidificando a importância dessa abordagem para as empresas e o mercado financeiro.



Diante da **profusão de padrões e estruturas disponíveis**, surge um **desafio**: como escolher a **abordagem mais adequada** para comunicar as práticas de sustentabilidade de **forma clara e relevante** para os **stakeholders**?

A multiplicidade de modelos e estruturas de divulgação de informações de ESG pode gerar incertezas e questionamentos sobre suas finalidades e aplicabilidades. É precisamente neste ponto que se evidencia a importância de apresentar uma amostra representativa dos principais marcos empregados, oferecendo perspectivas sobre seus objetivos, utilidades, similaridades e distinções. Dessa forma, as empresas podem selecionar aqueles marcos que melhor se alinham aos seus objetivos estratégicos e às expectativas das partes interessadas.

A metodologia adotada para este fim incluiu uma revisão criteriosa dos padrões e estruturas mais relevantes, segui-

da de uma análise comparativa de suas estruturas, requisitos e áreas de concentração. Consultas bibliográficas foram conduzidas para enriquecer essa análise, construindo um arcabouço comparativo que aprofundasse a compreensão das similaridades e diferenças entre os *frameworks* investigados. Dividindo a análise entre relatórios não financeiros e relatórios de mudanças climáticas, foi possível uma abordagem mais específica e detalhada, atendendo às necessidades específicas de cada área e proporcionando uma base sólida para uma gestão estratégica e integrada das iniciativas de sustentabilidade.

6. PNUMA, 2006.
7. COUTINHO, 2021.

Quando se trata de **relatórios não financeiros**, destacam-se três padrões e frameworks principais: o **Global Reporting Initiative (GRI)**, **Sustainability Accounting Standards Board (SASB)**, e o **International Integrated Reporting Council (IIRC)**.

As Normas do Global Reporting Initiative (GRI) são divididas em três séries inter-relacionadas: Normas Universais, Normas Setoriais e Normas Temáticas. Enquanto as Normas Universais se aplicam a todas as organizações que seguem as Normas GRI, as Normas Setoriais são adaptadas aos setores de operação das organizações e as Normas Temáticas são aplicadas conforme a lista de temas materiais específica de cada organização⁸.

Um conceito central dentro do GRI é o de "impacto", que se refere aos efeitos que uma organização pode ter na economia, meio ambiente e nas pessoas através de suas atividades ou relações de negócios. Esses impactos podem ser diversos - reais ou potenciais, positivos ou negativos, de curto ou longo prazo, intencionais ou não, e até reversíveis ou irreversíveis - refletindo a complexidade das interações entre as empresas e seu entorno.

A estrutura de divulgação de informações no GRI se baseia em três pilares principais: Princípios das Normas GRI, Tópicos GRI e Opções de Nível de Relato. Os Princípios estabelecem os padrões de qualidade e integridade que os relatórios devem atender, garantindo uma base sólida para a tomada de decisões informadas e eles se dividem em: exatidão; equilíbrio; clareza; comparabilidade; completude; contexto da sustentabilidade; tempestividade; e verificabilidade. Os Tópicos GRI oferecem uma estrutura padronizada para organizar os relatórios de sustentabilidade, abrangendo questões econômicas, ambientais e sociais. Cada tópico é acompanhado por um conjunto de indicadores específicos, permitindo que as organizações meçam, gerenciem e divulguem seu desempenho em áreas como emissões de gases de efeito estufa, governança corporativa, direitos humanos e diversidade. Por fim, as Opções de Nível de Relato fornecem às organizações flexibilidade na profundidade e abrangência de seus relatórios. Com opções que variam de entrada, nível e aprofundamento, as empresas podem escolher o nível de detalhamento que melhor se adequa às suas necessidades e capacidades de divulgação.

O relatório GRI 102 estabelece um conjunto de informações obrigatórias que todas as organizações que seguem os padrões GRI devem incluir em seus relatórios. Esses conteúdos abrangem áreas como Estrutura Organizacional, Estratégia, Metas e Governança, Engajamento dos Stakeholders, Ética e Integridade, Processo de Relato, Mudanças na Informação e Contato, garantindo a consistência e a transparência na prestação de contas sustentável.

No caso do setor de O&G, o GRI identifica 22 temas materiais prováveis, que abrangem aspectos de sustentabilidade, sociais, de governança e direitos humanos. Essas normas asseguram uma abordagem abrangente e detalhada para os relatórios no segmento de Óleo e Gás, garantindo que as empresas possam comunicar de forma completa e precisa suas práticas e desempenho.

A proposta de estruturação do relato pelo Sustainability Accounting Standards Board (SASB) se destaca por sua ênfase na identificação e divulgação dos aspectos de ESG que têm maior probabilidade de afetar o desempenho fi-

nanceiro de uma empresa. O padrão estabelece diretrizes específicas para identificar um conjunto mínimo de variáveis de sustentabilidade relevantes para cada setor industrial. Com esse propósito, o marco SASB desenvolveu padrões para 77 setores industriais⁹.

O SASB delinea diretrizes como uma descrição concisa da indústria relevante para a empresa, englobando suas características distintivas, tendências e desafios primordiais. Além disso, propõe a identificação dos temas de sustentabilidade mais significativos para cada setor industrial, embasada em análises sobre como esses temas podem influenciar a saúde financeira de uma empresa. O padrão também estabelece um conjunto de fatores de contabilidade, tanto quantitativos quanto qualitativos, para mensurar o desempenho em cada tema. Cada parâmetro contábil é complementado por um protocolo técnico que oferece orientações sobre definições, alcance, aplicabilidade, coleta e apresentação de dados, todos elaborados para estabelecer critérios que facilitem a verificação externa.

Para o setor de Óleo e Gás, o SASB segmenta a indústria em quatro categorias distintas: exploração e produção; midstream; refino e comercialização; e serviços. Cada uma dessas categorias requer um relatório específico que adere a um conjunto de métricas particulares relacionadas aos temas ambientais, sociais e de governança.

O International Integrated Reporting Council (IIRC) possui uma abordagem de relatórios empresariais que se concentra na análise dos diversos capitais envolvidos nas atividades de uma organização. Esses capitais incluem recursos financeiros, manufaturados, intelectuais, humanos, sociais, de relacionamento e naturais. Eles desempenham um papel fundamental na criação de valor ao longo do tempo, podendo aumentar, diminuir ou transformar-se com as atividades da organização¹⁰.

O *Integrated Reporting* se destaca por sua concisão, foco estratégico, orientação para o futuro, conectividade da informação e consideração dos diferentes tipos de capital e suas interdependências. Esse *framework* estabelece sete Princípios Básicos que guiam a elaboração do relatório, incluindo Foco Estratégico, Conectividade da Informação, Relações com Partes Interessadas, Materialidade, Concisão, Confiabilidade e Completude, Coerência e Comparabilidade. Além disso, define oito "Elementos de Conteúdo" essenciais a serem incluídos no relatório, apresentados como perguntas orientadoras da narrativa: Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo, Governança, Modelo de Negócios, Riscos e Oportunidades, Estratégia e Alocação de Recursos, Desempenho, Perspectiva, Base para Preparação e Apresentação.



8. GRI, 2024.

9. SASB, 2024.

10. IIRC, 2024.



No que se refere aos relatórios **de mudanças climáticas** foram analisados os seguintes **frameworks**: **Climate Disclosure Standards Board (CDSB)**, **CDP** e **Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)**.

O **framework de divulgação de informações do Climate Disclosure Standards Board (CDSB)** é projetado para ajudar as organizações a integrar informações ambientais em seus relatórios principais. Em vez de expandir os relatórios, o objetivo é adaptá-los, intercalando informações ambientais nas seções relevantes para explicar a ligação entre a estratégia organizacional e o desempenho ambiental¹¹.

Os elementos-chave do *framework* incluem Princípios e Requisitos, e ele enfatiza a divulgação de informações sobre Governança, Riscos e Oportunidades, Estratégia, e Métricas e Metas. Alinhado com iniciativas globais e os Princípios de Relato Integrado, o CDSB estabelece princípios orientadores para garantir a utilidade, correção e completude das informações ambientais nos relatórios principais, incluindo relevância e materialidade, consistência, comparabilidade, clareza e confiabilidade. Além disso, o *framework* lista requisitos baseados em relatórios existentes, projetados para promover a divulgação padronizada de informações ambientais que complementam outras informações nos relatórios principais. Esses princípios e requisitos são organizados em 11 grupos para determinar, preparar e apresentar informações ambientais de acordo com o CDSB *Framework*.

Por sua vez, o framework do CDP estrutura sua divulgação de informações através de questionários específicos para diferentes setores e tipos de organizações, abrangendo governança, estratégia, metas, métricas de desempenho, riscos e oportunidades ambientais e de sustentabilidade¹². Ele enfatiza a divulgação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) de acordo com os três escopos estabelecidos pelo Protocolo de Gases de Efeito Estufa. As organizações são classificadas em diferentes níveis de desempenho (A, B, C, D, F), o que pode afetar sua reputação ambiental perante investidores e stakeholders. O CDP fornece relatórios comparativos e feedback detalhado para incentivar a melhoria contínua na divulgação e gestão ambiental das organizações.

As recomendações da **Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)** oferecem um conjunto de diretrizes para empresas divulgarem informações financeiras relacionadas ao clima de forma mais eficaz e consistente¹³.

As recomendações são agrupadas em torno de quatro áreas centrais: governança, estratégia, gestão de riscos e métricas e metas. Além das orientações gerais, há divulgações financeiras específicas sobre mudanças climáticas, conhecidas como divulgações recomendadas, que auxiliam investidores e outras partes interessadas a compreenderem melhor os riscos e oportunidades associados às mudanças climáticas. Após avaliar os riscos e oportunidades específicos e determinar suas respostas para tais questões, as organizações podem avaliar os impactos financeiros reais e potenciais sobre receitas, despesas, ativos, passivos, capital e financiamento. Da mesma forma, as quatro recomendações gerais auxiliam as empresas a divulgar informações úteis para ajudar investidores e outras partes interessadas a entenderem como as organizações avaliam os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas e a tomar decisões.

As organizações devem incluir a divulgação financeira relacionada às mudanças climáticas em seus principais relatórios financeiros anuais, conforme os requisitos de divulgação de seus países. O TCFD também estabelece princípios para uma divulgação eficaz, incluindo representatividade, especificidade, completude, clareza, equilíbrio, compreensibilidade, consistência ao longo do tempo, comparabilidade e confiabilidade, bem como o cumprimento dos prazos.

Ainda, o TCFD disponibiliza um guia complementar que oferece orientações adicionais sobre como aplicar suas recomendações ao setor de petróleo e gás natural. Esse guia aborda diversos tópicos, incluindo riscos físicos e de transição, oportunidades, métricas e indicadores relevantes para esse setor específico.

11. CDSB, 2024.

12. CDP, 2024.

13. TCFD, 2017.

Ao examinar os **diversos frameworks** disponíveis, é possível **destacar alguns resultados** que evidenciam as diferentes abordagens adotadas. No entanto, é importante ressaltar que **esse debate está em constante evolução**, refletindo a necessidade de **adaptação às mudanças** no cenário global.

O GRI se destaca por sua divulgação de questões de sustentabilidade, englobando aspectos econômicos, ambientais e sociais. Sua abordagem é inclusiva, abarcando todas as áreas operacionais de uma organização. Em contraste, o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) prioriza a integração de informações financeiras e não financeiras para oferecer uma perspectiva completa do desempenho e valor da empresa. Seu escopo inclui a análise dos seis tipos de capital: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, de relacionamento e natural. Por outro lado, o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) concentra-se especificamente em questões de sustentabilidade consideradas materialmente relevantes para investidores. Seu escopo é mais restrito, focalizando nas questões que têm um impacto financeiro na entidade relatora¹⁴.

No que se refere ao público-alvo, o GRI possui uma ampla gama de *stakeholders*, incluindo investidores, tanto internos quanto externos, enquanto o IIRC é direcionado principalmente para investidores financeiros e outros provedores de capital. Por sua vez, o SASB foi especialmente desenvolvido para atender às necessidades dos investidores financeiros, concentrando-se em questões que afetam diretamente o desempenho financeiro das empresas.

O GRI é geralmente considerado mais acessível para aplicação, com diretrizes claras e flexibilidade para se adequar a diferentes setores e circunstâncias. Por outro lado, o IIRC exige uma análise mais aprofundada e uma revisão do modelo de negócios da organização, potencialmente tornando sua aplicação mais complexa. O SASB baseia-se fortemente em avaliações de materialidade financeira, exigindo uma compreensão detalhada das operações e riscos específicos de cada setor.



O CDP tem como foco principal as emissões de carbono e os impactos ambientais das empresas, enquanto o CDSB amplia o escopo para incluir informações sobre o capital natural. Já o TCFD vai além, abordando tanto os impactos quanto as dependências das empresas em relação ao meio ambiente.

Embora o CDP e o CDSB tenham como alvo principal investidores e outras partes interessadas, o TCFD visa tornar as divulgações sobre mudanças climáticas mais acionáveis para bancos de investimento, credores, seguradoras e investidores. Associado ao *Financial Stability Board* (FSB), o TCFD possui uma legitimidade significativa dentro do setor financeiro, ainda que permaneça voluntário.



Embora cada *framework* tenha suas próprias nuances, todos são fundamentais na promoção da transparência e responsabilidade climática corporativa. Ao oferecerem orientações específicas para divulgação de informações, esses marcos ajudam as empresas a entenderem e comunicarem de forma mais eficaz seus impactos e riscos relacionados ao clima. Esta transparência é essencial não apenas para os investidores e partes interessadas, mas também para a sustentabilidade do próprio negócio, especialmente em um contexto de transição energética, onde a indústria de óleo e gás enfrenta desafios significativos.

Frameworks como o GRI, IIRC e SASB fornecem diretrizes detalhadas sobre como as empresas podem integrar considerações climáticas em sua estratégia de negócios e relatórios. Eles destacam a importância de divulgar não apenas informações financeiras, mas também aspectos não financeiros, como emissões de carbono, uso de recursos naturais e impactos sociais. Isso permite que as empresas avaliem e comuniquem melhor seus esforços para mitigar os impactos climáticos e se adaptem às mudanças ambientais.

Além disso, *frameworks* específicos para mudanças climáticas, como o CDP, CDSB e TCFD, fornecem diretrizes especializadas para a divulgação de informações relacionadas ao clima. Eles incentivam as empresas a avaliar e divulgar seus riscos e oportunidades climáticos de maneira transparente e padronizada, ajudando os investidores a tomar decisões mais informadas e os reguladores a entenderem melhor os impactos das mudanças climáticas nas empresas e na economia em geral.

A **importância** dos marcos de divulgação de padrões ESG para a indústria de petróleo é **indiscutível**, tanto em **escala global** quanto **no Brasil**.

Com a crescente preocupação com questões ambientais, sociais e de governança, esses padrões se tornaram referências essenciais para empresas que buscam operar de forma mais sustentável e responsável. Nesse sentido, eles atuam incentivando as empresas a adotarem práticas mais sustentáveis e a investirem em inovação para reduzir as emissões de carbono. Dessa forma, a integração de critérios ESG nas operações petrolíferas não é apenas uma questão de compliance, mas uma estratégia essencial para garantir a viabilidade a longo prazo do setor.

A indústria de O&G desempenha uma função essencial na economia mundial, fornecendo mais de 50% da demanda global de energia primária consumida em todo o mundo¹⁵. No entanto, o setor ainda enfrenta desafios ambientais, sociais e de governança corporativa. Nesse contexto, os padrões ESG oferecem um conjunto de diretrizes e métricas que permitem às empresas avaliar e comunicar seu desempenho nessas áreas.

Um dos principais benefícios dos padrões ESG para a indústria de petróleo global é a promoção da transparência e responsabilidade. Ao divulgar informações sobre suas práti-

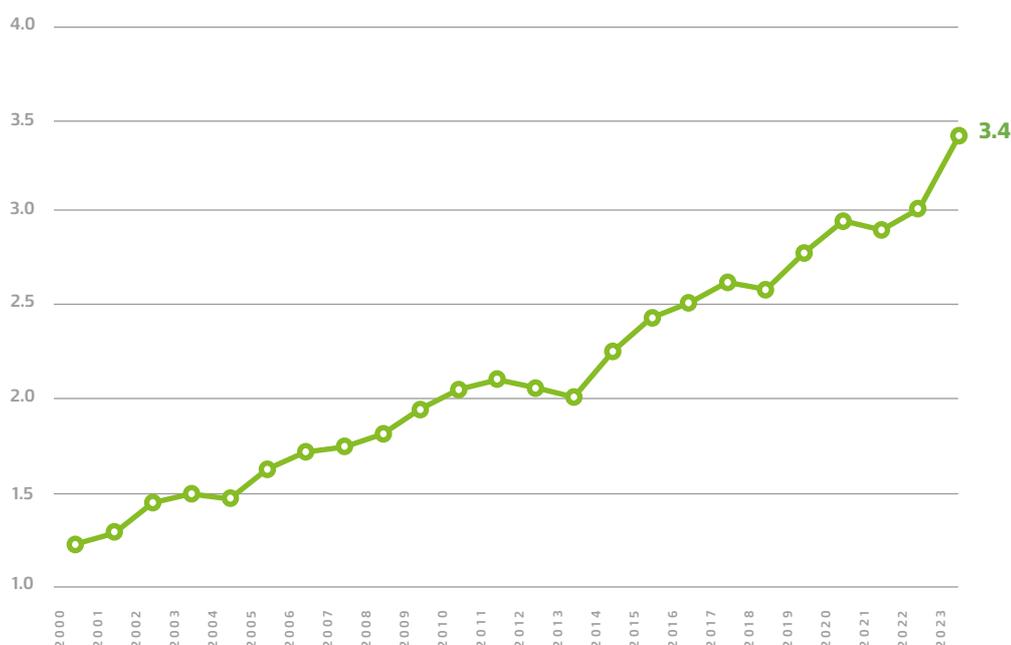
cas ambientais, sociais e de governança, as empresas podem construir a confiança dos investidores, reguladores e comunidades locais, demonstrando seu compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa. Isso é especialmente relevante em um setor onde a reputação é fundamental na obtenção de licenças e na atração de investimentos.

Os padrões ESG também auxiliam as empresas a gerenciar riscos de forma mais eficaz. Ao identificar e avaliar os riscos ambientais, sociais e de governança associados às suas operações, as empresas podem tomar medidas proativas para mitigar esses riscos e evitar potenciais impactos negativos em suas operações e reputação. Isso é particularmente importante em um contexto em que as mudanças climáticas e as preocupações com a justiça social estão se tornando cada vez mais pertinentes.

No Brasil, a relevância dos padrões ESG para a indústria de petróleo é ainda mais significativa. Como o 9º maior produtor de petróleo do mundo¹⁶, o setor de O&G representa 17% do PIB industrial do país¹⁷, sustenta 1,6 milhão de empregos diretos e indiretos¹⁸ e oferece salários médios superiores à média nacional.

Evolução da produção de petróleo brasileira

2000-2023, milhões de barris por dia



Desde o início da década de 2000, a produção nacional aumentou de 1,2 para 3,4 milhões de barris¹⁹. Essa expansão da produção tem sido indispensável para a redução da vulnera-

bilidade externa do país e para garantir uma fonte de energia estável, eficiente e acessível para impulsionar o desenvolvimento nacional.

¹⁵. BP, 2022.

¹⁶. BP, 2022.

¹⁷. CNI, 2024.

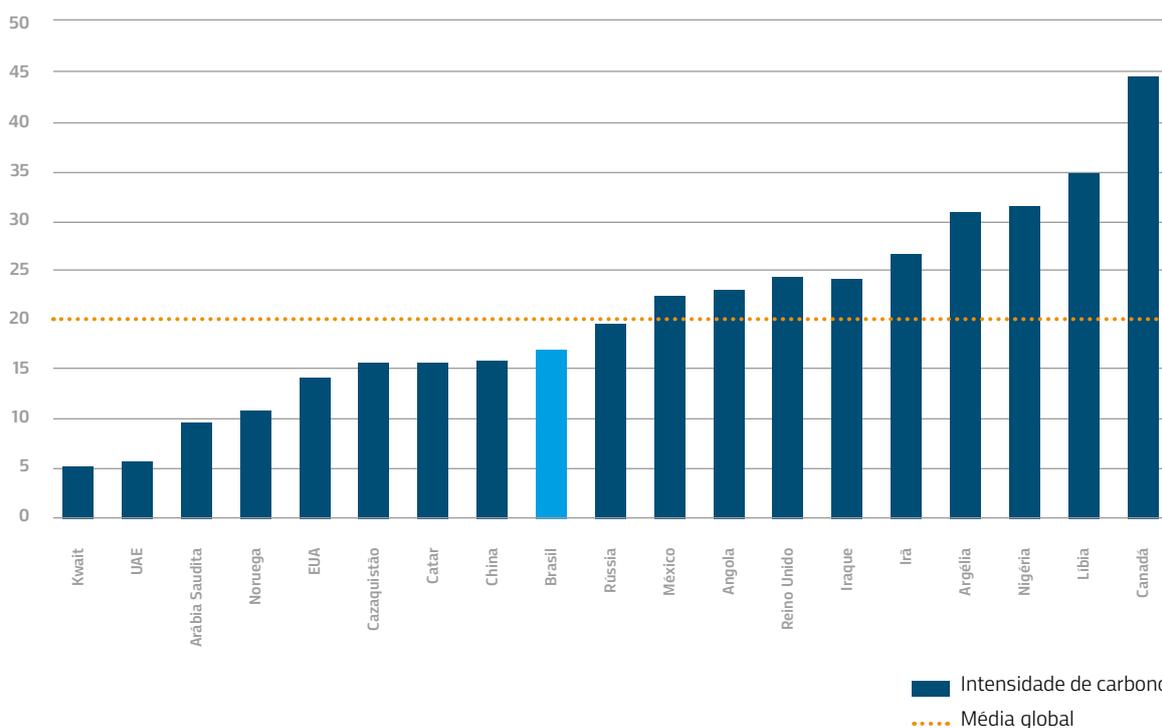
¹⁸. Estimativa com base em dados do CAGED. Número de postos indiretos estimados via multiplicador de Matriz Insumo Produto.

¹⁹. ANP, 2024.



Intensidade de carbono na produção de petróleo

kgCO₂/boe, (2019)



Um outro ponto relevante, é o fato da **produção brasileira de petróleo possuir uma intensidade de CO₂ abaixo da média mundial**. Esta característica coloca o Brasil em uma posição favorável para atender às exigências internacionais de redução de emissões, ao mesmo tempo em que mantém a competitividade no mercado global de energia.

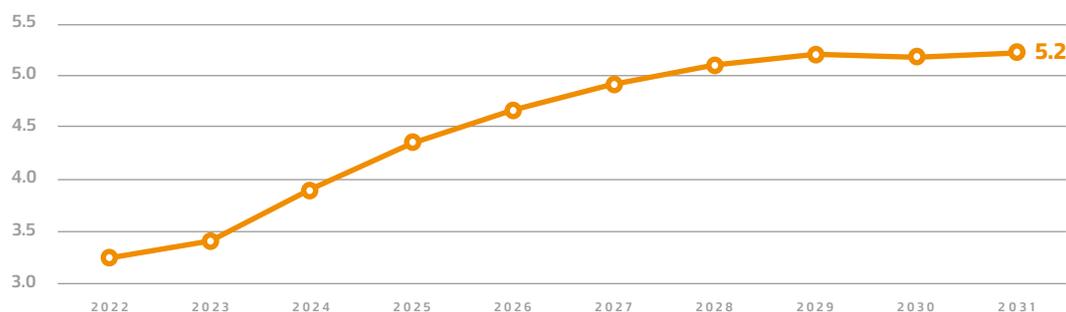
A capacidade tecnológica e de engenharia das empresas do setor de O&G também é reconhecida como um ativo valioso na transição para uma economia de baixo carbono. Investimentos significativos têm sido direcionados para projetos de energia renovável e para a mitigação dos impactos ambientais das operações existentes. Essas iniciativas não apenas contribuem para a redução das

emissões de gases de efeito estufa, mas também podem resultar em benefícios econômicos a longo prazo, como a redução de custos operacionais e a criação de novas oportunidades de mercado.

No que se refere ao seu impacto social, através do pagamento de royalties, participações especiais, bônus de assinatura e tributos, a indústria de Óleo e Gás contribuiu com mais de R\$ 2,6 trilhões nos últimos quinze anos. Isso faz do setor de O&G um pilar para o financiamento de políticas públicas, como educação e saúde. Essas contribuições são vitais para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, ajudando a mitigar desigualdades e promover o bem-estar da população.

Previsão da produção de petróleo no Brasil

2022-2031, milhões de barris por dia



A perspectiva de longo prazo indica que o impacto econômico positivo continuará. A expectativa é que a produção de petróleo até 2031 ultrapasse 5 milhões de barris por dia. Ainda, os investimentos e E&P entre 2022 e 2031 devem ser da ordem de US\$ 183 bilhões. Com o aumento da atividade, o segmento de E&P deverá sustentar uma média anual de mais de 400 mil empregos até 2031 e gerar mais de US\$ 600 bilhões em arrecadação para o Estado.

Esses indicadores reforçam a necessidade de uma gestão responsável dos recursos naturais e de uma abordagem estratégica para a expansão da indústria. A implementação efetiva de padrões ESG pode assegurar que esse crescimento seja acompanhado por práticas sustentáveis e éticas, minimizando impactos ambientais e maximizando benefícios sociais.

Dessa forma, a adoção de práticas ESG pela indústria de O&G no Brasil não é apenas uma questão de conformidade

regulatória, mas uma oportunidade estratégica para fortalecer a resiliência do setor, atrair investimentos e garantir sua viabilidade a longo prazo. Ao adotar esses padrões, as empresas brasileiras de O&G podem demonstrar seu compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade social, elementos cada vez mais valorizados por investidores e consumidores globalmente.

Portanto, os padrões ESG representam um caminho promissor para a indústria de Óleo e Gás no Brasil, permitindo que ela prospere de maneira responsável e sustentável, alinhada com as expectativas contemporâneas de negócios e as necessidades de um planeta em constante mudança. Através de uma gestão consciente e inovadora, o setor continuará a ser um motor de crescimento e desenvolvimento, enquanto contribui positivamente para a sociedade e o meio ambiente.

A integração de critérios ESG nas **decisões corporativas e estratégias de investimento** reflete uma **mudança paradigmática**, onde a sustentabilidade se torna um **pilar central** devido ao **aumento do engajamento dos stakeholders**, que demandam **responsabilidade ambiental, social e ética** nas operações.

A análise comparativa dos principais marcos de divulgação de informações ESG revela a diversidade de abordagens e métricas utilizadas pelas empresas para comunicar seu desempenho não financeiro. A padronização das métricas de divulgação ESG é fundamental para garantir comparabilidade e confiabilidade das informações. Isso facilita a avaliação do desempenho das empresas por parte dos investidores e ajuda a orientar o capital para iniciativas que promovam impactos positivos. A harmonização dos padrões de relatório também pode impulsionar a inovação, à medida que as empresas buscam se destacar em um mercado cada vez mais consciente e exigente.

A divulgação de informações relacionadas ao clima torna-se um componente fundamental para a indústria O&G, pois

atende às expectativas de investidores e stakeholders, que buscam cada vez mais investir de maneira consciente e sustentável, e também serve como um mecanismo para garantir uma transição energética equitativa. A comunicação eficaz sobre o impacto das atividades da indústria, os riscos associados e as oportunidades emergentes no contexto da transição energética é essencial para orientar as estratégias de negócios e para promover uma abordagem mais responsável e sustentável.

Portanto, empresas que se adaptam e inovam no novo contexto de responsabilidade ambiental, social e de governança se posicionam de forma estratégica para o sucesso em uma economia global em transformação.



CONECTAR A INDÚSTRIA PARA IR CADA VEZ MAIS LONGE.
ISSO GERA ENERGIA.



@ibpbr



/ibpbr



@IBPbr